

CONJUNTURA

Economia - Brasil

Taxa de investimento atinge 18,9% do PIB

É a maior desde 2001, mas abaixo da média em 1994-2001 e do desejável para garantir a retomada

NILSON BRANDÃO JUNIOR

RIO - A taxa de investimentos da economia brasileira fechou o primeiro semestre em 18,9% do Produto Interno Bruto (PIB), maior índice desde 2001 (20,2%). Os investimentos tiveram crescimento real (descontada a inflação) de 6,8%, para R\$ 154,7 bilhões - quase R\$ 10 bilhões (em valores ajustados) acima do mesmo período de 2003. O PIB somou R\$ 816,8 bilhões no semestre, divulgou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nos primeiros seis meses de 2003, a taxa de investimento foi de 17,9% - o crescimento foi de um ponto porcentual. Houve um avanço, mas o indicador está abaixo da média de 1994 a 2001 (20,5%) e do desejável pa-

ra um crescimento anual sustentado da economia, na avaliação de economistas. No primeiro trimestre de 2004, a taxa foi de 19,3%; no segundo, de 18,6%. Para o IBGE, as duas taxas não devem ser comparadas por questões de sazonalidade.

“O quadro é de recuperação gradual. O que interessa é que temos de partir de uma taxa de investimento inferior a 20% para chegar a uma taxa de 23% a 25%, e é um processo lento”, disse o economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Fábio Giambiagi.

Segundo o diretor da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), Renato Baumann, as taxas de investimento da região estão abaixo das médias recentes. “De modo geral, as taxas estão bem abaixo do nível histórico, do ponto de máximo, que passou dos 20%, o que ainda é bem inferior ao padrão asiático, acima dos 30%.” No último boletim, o Ipea calculou que, para crescer 5% ao ano, a taxa deveria ser de 25%. ▶



► Os dados do IBGE também mostraram que o País teve no semestre uma capacidade de financiamento (saldo entre captações e pagamento de compromissos no exterior) de R\$ 14,8 bilhões. Isso é explicado, basicamente, pelo aumento de R\$ 14,9 bilhões no saldo das exportações de bens e serviços no período ante o primeiro semestre de 2003. Este saldo foi de R\$ 38,9 bilhões em 2004. Ou seja: as exportações estão cobrindo, com sobras, as necessidades de financiamento da economia.

Isoladamente, a capacidade de financiamento do segundo trimestre foi de R\$ 9,6 bilhões, maior valor para o mesmo trimestre da série iniciada em 1994. “Não houve necessidade de financiamento, houve capacidade”, disse a técnica de coordenação de contas nacionais do

IBGE, Adriana Beringuy, citando que os recursos foram em parte usados para a amortização de dívidas, públicas e privadas. No segundo trimestre, houve um pagamento total de compromissos de R\$ 16,98 bilhões na economia nacional, dos quais R\$ 4,23 bilhões para amortizações junto ao Fundo Monetário Internacional.

EXPANSÃO DE 5% AO ANO EXIGE TAXA DE 25%

é o que sobra dos recursos nacionais para investimento, amortizar dívidas ou apenas guardar dos recursos nacionais. Esta taxa, diz o diretor da Cepal, indica melhora das contas nacionais e tende a melhorar as cotações das agências de risco e o custo das captações.